

**O CONCEITO DE PODER EM MICHEL FOUCAULT E HANNAH ARENDT,
COMO INSTRUMENTO DE DEFINIÇÃO DA CATEGORIA
TERRITÓRIO**

Robson de Sousa Moraes – UEG
Robsondesousamoraes@hotmail.com
Uelinton Barbosa Rodrigues – UEG
uelintonbarbosa@hotmail.com

RESUMO

Ao longo do processo de construção e desenvolvimento da Geografia, enquanto Ciência Moderna, diversificados Conceitos e Categorias de análise foram apresentadas. Atualmente, a Categoria Território é vista como um fundamental instrumento teórico para a análise geográfica. Na trajetória da Geopolítica Clássica e para algumas correntes da Geografia Política, o Poder é um aspecto indissociável da Configuração Territorial. O Conceito de Poder foi trabalhado por variados autores em distintos momentos históricos com diferentes concepções. O presente trabalho tem como objetivo compreender o entendimento de Poder na percepção indicada pela filósofa alemã Hannah Arendt, bem como apresentar a definição proposta por Michel Foucault.

Palavras Chave: Território; Poder; M. Foucault; H. Arendt.

INTRODUÇÃO:

O atual momento do desenvolvimento histórico da civilização ocidental, estruturado pelos elementos da chamada Terceira Revolução Industrial, possibilita a conexão em tempo real e simultâneo de vários lugares e localidades. Esse fenômeno contemporâneo provoca um expressivo rearranjo do sistema produtivo, na qual valores e formas anteriores de organização societária passam a ser subordinadas a uma nova dinâmica hegemônica pelo capital financeiro mundializado (MORAES, 2004).

Com o aprofundamento do processo de internacionalização do Capital, nutrido pelo surgimento de novas teorias sobre o mundo contemporâneo, presenciamos uma reavaliação do conceito de Território. É o uso do Território e não este em si, que faz dele um objeto da análise social. Trata-se, portanto, de uma

categoria híbrida, dependente de uma constante revisão histórica. Seu preciso entendimento é necessário para afastar o risco de alienação e de perda de sentido individual e coletiva e o risco de renúncia do futuro (SANTOS, 1998).

A importância que a Categoria Território representa para a Geografia contemporânea, assenta-se, não somente, em sua objetividade, mas também em seus significados e idéias, representações, sentimentos de pertencimento, relações identitárias e comportamentais que compõem o espectro espacial da abordagem geográfica da atualidade. O processo de Territorialização e da definição do padrão territorial, bem como sua conseqüente Configuração Territorial, ocorre através da relação do Homem com a Natureza e do Homem com o próprio Homem, mediado pelo Trabalho. É pela Divisão Social do Trabalho que a sociedade materializa-se e constitui-se empiricamente, criando e recriando símbolos, que compõem sentidos, ideologias e culturas organizadoras de significados, que estabelecem qualidades aos objetos e fenômenos (SAHLINS, 2003). Nessa relação é que se fundamenta a existência de um fenômeno como fonte das verdades, imprimindo um uso culturalmente específico em uma dada localidade, formando assim o Território.

Podemos afirmar que o Território em sua atual Configuração, é determinado, em nossa contemporaneidade, no interior do Modo de Produção Capitalista, através de suas contradições e da formatação das lutas sociais existentes, guiado pelo Espaço Geográfico, íntimo e dialeticamente vinculado como o processo produtivo e as relações sociais viventes. Os Territórios correspondem assim a um nível de produção social do Espaço (GEIGER, 1998). O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do Espaço. (CARA, 1998)

A análise dos processos de formação territorial é de fundamental importância para a Ciência Geográfica, no esforço de compreender as estruturas e dinâmicas sociais em um dado complexo político, econômico e cultural. A categoria Território é introduzida na Geografia através das obras de F. Ratzel (1988), em estudos de Geopolítica, estabelecendo como elemento de abordagem privilegiada a questão do exercício do poder pelo Estado – Nacional. O Território verificado como uma um Espaço apropriado por uma relação de Poder, tem sua potencialidade analítica limitada, pois, neste momento não leva em consideração nenhum tipo de construção ou relação de Poder fora do aparelho do Estado.

Existem três elementos primordiais que ligam as relações de Poder ao Território (DA SILVA, 1993). Inicialmente há a necessidade de que a estrutura social permita sua reprodução, promovendo uma afinidade entre o Poder estabelecido e a organização do Espaço, ou seja do território usado (SANTOS, 2001). Nesta perspectiva qualquer mudança na estrutura social é acompanhada por modificações na Configuração territorial. O segundo elemento de ligação entre Poder e Território, ocorre pelo processo de domínio espacial por classes e grupos sociais, que impõem sua hegemonia e apropriam-se do Território ordenando-lhe de acordo com suas demandas. Um terceiro elemento apresenta-se pela localização de centros de gestão e decisão, permitindo a viabilidade e materialização da organização territorial.

A Política é uma forma de mediação entre as mais variadas relações de Poder, a Sociedade e o Território. Através da ação e do projeto político, ocorre às definições das táticas e das estratégias dos sujeitos históricos, objetivando a realização de suas necessidades. A Política estrutura-se como pressuposto para a gestão do poder da sociedade e do Espaço (DA SILVA, 1993).

É clara a íntima relação existente entre o Poder e Território. No entanto, o conceito de Poder não é nitidamente apresentado na ampla maioria dos autores citados. A mudança de compreensão do significado do termo “Poder”, pode comprometer seriamente a base teórica dos argumentos trabalhados.

O Poder e outros conceitos em Michel Foucault:

As Palavras e as Coisas, livro publicado por Michel Foucault em 1966, tem a ousadia de uma obra paradigmática. Crítica da Modernidade e de seu oriundo saber, estabelece uma ruptura epistemológica que repercute em vários ramos do conhecimento. O objetivo explicitado pelo próprio autor era construir uma “arqueologia das Ciências Humanas”. Neste esforço teórico, Foucault indica uma divisão epistêmica de acordo com períodos históricos diferenciados. Sugere a existência de três momentos nitidamente observáveis: O Renascimento, A Idade Clássica e a Modernidade (FOUCAULT, 2007). Cada momento, estaria moldado por uma *Disposição Epistemológica*, que nortearia a produção dos saberes. Durante a época Renascentista, o saber é caracterizado pela coesão entre as palavras e as

coisas, ocorrendo uma unidade entre o objeto e sua identidade. O rompimento desta unidade simboliza a eclosão da Idade Clássica e a busca pela Representação do objeto, sucedido pela procura de um oculto não aparente, acobertado pela forma não reveladora do conteúdo. É o início da Modernidade, criadora das Ciências Humanas e da idéia de Homem como objeto do saber. O corpo a ser adestrado para uma repetição mecânica em série dos movimentos e gestos, incorporados a dinâmica da máquina e a rigorosa disciplina como técnica de sujeição normatizadora, implanta uma nova forma interpretativa de perceber o Homem (FOUCAULT, 2009).

O Homem Foucaultiano imbuído de sua Modernidade é desumanizado, reificado e transformado em coisa. No projeto arqueológico das Ciências Humanas, edificado por nosso filósofo francês, o objeto central do estudo não é o Homem e sim o Saber e o Poder (VIANA, 2000). Como O Homem é uma Categoria criada pela Modernidade, a superação deste momento histórico aponta para seu desaparecimento, na medida em que as novas disposições epistemológicas denunciam as limitações desta época e de sua episteme. A morte do Homem é abertamente anunciada (FOUCAULT, 2007). Eliminada toda a sujeição antropológica, surge uma Genealogia do Poder cuja função seria a de explicar as origens do Saber como elementos de dispositivo fundamentalmente de caráter estratégicos, mediados por infindáveis feixes de relações de Poder. O Homem seria produto destas infinitas relações de Poder. O Indivíduo é a determinação objetivada de fenômenos e processos que acontecem nas redes de poder.

A inovação contida nestas avaliações, altera a clássica escala de entendimento. A distinção centro – periferia, macro – micro, é incapaz de captar as teias do Poder que se estende por toda trama social como técnica de dominação cotidiana exercidos em distintos momentos e lugares da sociedade. O Estado como foco central e irradiador do Poder é contestado por uma infinidade diluída de micro-poderes, sem limites e fronteiras, mas afirmadores da própria lógica estatal. O paradigma da guerra é adotado como padrão para a analítica do Poder. Fazendo uma inversão da analogia proposta por Clausewitz (1996), indica-se que o “Poder é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2008), visando benefícios e vantagens a partir de técnicas e estratégias para a subordinação e sujeição do outro.

Neste momento se empreende uma fuga de posições tradicionais, que vislumbram no Direito e na Soberania, portadoras de uma visão negativa, limitada aos aspectos proibitivos e coercitivos do exercício do Poder, ou seja, uma compreensão não jurídica:

“O que me parece certo é que, para analisar as relações de poder, só dispomos de dois modelos: o que o Direito nos propõe (poder como lei, proibição, instituição) e o modelo guerreiro ou estratégico em termos de relações de forças. O primeiro foi muito utilizado e mostrou, acho eu, ser inadequado: sabemos que o Direito não descreve o poder. O outro sei bem que também é muito usado. Mas fica nas palavras: utilizam-se noções pré-fabricadas ou metáforas (‘guerra de todos contra todos’, ‘luta pela vida’) ou ainda esquemas formais (as estratégias estão em moda entre alguns sociólogos e economistas, sobretudo americanos) Penso que seria necessário aprimorar esta análise das relações de força.” (FOUCAULT, 2008).

Em *Vigiar e Punir* (2009) e *A vontade de Saber* (2010), há a demonstração do equívoco em qualificar o Poder como essencialmente repressivo, herdada da filosofia do século XVIII. Existe, também um caráter Positivo, que produz domínios de objetos e rituais da verdade, geradora do ato de conhecer e saber.

A verdade em sua universalidade é também sacrificada. Compreendida como acontecimento, não pode ser encontrada, mas gerada, produzida por rituais e não identificada pela relação sujeito – objeto. A verdade é um processo de dominação e vitória, uma relação de poder, que se propõe mais a um dado controle do que uma mera revelação do não conhecido (FOUCAULT, 2008).

Tal qual o modelo Estruturalista (FOUCAULT, 2008), evoca-se a dissolução do Homem agora substituído por incontáveis relações de poder. Nesta perspectiva, ocorre uma inovação analítica, não reconhecendo o Poder como uma propriedade humana este é identificado como relação de forças, ou seja, o poder é relação, não sendo possível possuí-lo, mas simplesmente exercê-lo seus efeitos são conseqüências de estratégias, táticas e técnicas. Nesta concepção, o Poder é despossuído de Sujeito e o Homem perdeu seu protagonismo. Em *“Microfísica do Poder”* explicita-se a defesa da abolição do Sujeito constituinte, privilegiando uma leitura que verifique a constituição do Sujeito:

“É preciso se livrar do sujeito constituinte; livrar-se do próprio sujeito, isto é chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica, é isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma histórica que dá conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios dos objetos, etc, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.” (FOUCAULT, 2008)

Nas palavras do próprio autor, é nítido o afastamento do Homem como sujeito do saber chegamos ao fim do Homem e presenciamos a formatação de uma vertente do conhecimento claramente anti-humanista. Em *“Segurança, Território, População”* (2008), surge o conceito de *biopolítica e População*. O primeiro se refere aos poderes e dispositivos disciplinares que são aplicados diariamente na vivência dos indivíduos diretamente em seus corpos. Na tentativa de proporcionar uma apreensão coletiva para sua avaliação, explicita-se a idéia de População, um corpo coletivo de múltiplos saberes e de seus mecanismos reguladores. A microfísica volta-se para os conceitos universais, mas preserva a ausência do Sujeito concreto da ação existencial, o Homem é efetivado enquanto indivíduo, por um conjunto de poderes disciplinadores. Em outras palavras, o Poder produz o indivíduo. O saber político, ganha significativa dimensão, assim como as Ciências Humanas alçada a condição de criadora da categoria Homem.

A crítica a interessante elaboração teórica realizada por Michel Foucault, pode ser feita a partir de diversificada matriz conceitual. Acompanhando o exame organizado por Viana (2000), partimos da opção que apresenta o modelo da guerra, com suas táticas, estratégias e manobras, como capaz de apreender o significado do Poder. Cabe ressaltar, que a ausência do Sujeito perpassa por toda a obra Foucaultiana, no entanto, o confronto bélico real é feito por Homens como sujeitos da ação militar. A guerra, possui ainda uma clara localização no tempo e no espaço e na sua concretude não é possível pensá-la, sem o Homem como seu sujeito. O modelo de verificação da construção das relações de poder acaba não correspondendo com o julgamento realizado por nosso filósofo.

Ao situar o Poder em um campo relacional, se faz necessário especificar o conceito de relação. Podemos compreender que uma relação é uma ação recíproca de relativa permanência e estabilidade entre dois ou mais objetos ou fenômenos.

Assinalar uma relação, portanto, nos recomenda a apontar os objetos ou fenômenos que se relacionam, isto é, nomear os Sujeitos da relação. O anti-humanismo presente na leitura relacional dos poderes, reflete uma concepção Metafísica das relações, que alcançam autonomia do sujeito da ação e configura-se em uma bem elaborada ficção interpretativa. O Poder como ferramenta explicativa da descontinuidade epistemológica e como construtor de saberes, necessita encontrar um sujeito para revelar todo seu potencial indutivo.

Em “As Palavras e as Coisas” (2007), é montado o conceito de “*disposição epistemológica*” e neste aspecto duas observações são inevitáveis: a primeira consiste em distinguir episteme de saber, vista nesta obra, como sinônimos. Por episteme entende-se a configuração do saber em um dado período histórico, é um princípio ordenador e classificador do saber em sua constituição interna (MACHADO, 1988). Ao realizar este nivelamento é que se faz possível alavancar e superestimar o papel da Epistemologia em detrimento da questão Ontológica. As regras formais do discurso do saber (epistemologia), desembocam em uma fetichização das normas subjetivas, convertendo o Homem em mera manipulação, controlado por um *a priori* relacional misticamente definido (COUTINHO, 2010). Uma segunda observação possível é a total negação da Dialética como instrumento de interpretação da realidade. Em sua Arqueologia dos saberes, limita-se a um superficial registro das configurações do saber. Ao sustentar que durante cada período (Renascimento, Idade Clássica e Modernidade), há apenas uma forma de estruturar o conhecimento, abandona o princípio da Contradição, elemento fundamental da Razão Dialética. Em sua preferência metodológica pela descontinuidade, desconsidera a continuidade e o princípio dialético da unidade da diversidade. Em detrimento da síntese do contínuo, sustenta uma visão histórica fragmenatada, dotada de temporalidades próprias e autônomas estruturadas pela opção da divisão, posteriormente amparadas por homogeneização de difícil amparo teórico.

A negação da dialética se confirma com a recusa da praxis. O conceito de produção é aceito apenas como fruto de uma alteração da episteme, renunciando à relação direta com a produção da vida, tal qual operavam os clássicos da teoria marxista (HARNECKER, 1981). A consciência humana é resultante de uma

complexa trama manipulatória , um não-ser rebaixado a um pseudo-problema metafísico (COUTINHO, 2010)

“Anunciando o fim do homem e do Humanismo, combatendo a História concreta, fazendo da dialética uma doxologia, Foucault claramente revela a função social de sua abstrusa ideologia: a destruição das tradições do século XIX e com elas, o legado cultural capaz de permitir ao Homem contemporâneo uma justa consciência da insensatez de sua vida no mundo manipulado de hoje.” (COUTINHO, 2010).

Buscando despertar a contemporaneidade do denominado “*sono antropológico*”, lançado no século XIX, Foucault desenvolve todo um sistema analítico edificado pela aniquilação do Método Dialético e Materialista da História, aproximada a um acomodado confortavelmente na episteme do século XIX . Vejamos as palavras do próprio autor:

“No nível profundo do saber ocidental, o marxismo não introduziu nenhum corte real; alojou-se sem dificuldades, como uma figura plena, tranquila, confortável e reconheça-se satisfatória por um tempo, no interior de uma disposição epistemológica que a colheu favoravelmente (pois foi ela justamente que lhe deu lugar) e que ele não tinha em troca, nem o propósito de perturbar nem sobretudo o poder de alterar, por pouco que fosse, pois que repousava inteiramente sobre ela. O Marxismo está no pensamento do século XIX. Como o peixe na água, o que quer dizer que em outra parte qualquer deixa de respirar. (FOUCAULT, 2007)

A leitura da literatura marxista em Foucault, demonstra-se superficial e rasteira, não correspondendo ao viés libertário de uma tradição que remonta de fato o século XIX. Apesar de promover a primazia da Categoria sobre o referente material, típico das Filosofias Idealistas, é inegável a engenhosidade e destreza intelectual empregada na avaliação e definição do Poder e da episteme. Apesar do anúncio o Homem ainda vive e continua a trilhar seu caminho, construindo sua História em uma contínua descontinuidade, plenamente observáveis na síntese totalizante da Dialética.

Foucault, a Geografia e o Território:

O conjunto da literatura elaborada por Michel Foucault, influenciou decisivamente na produção científica em todas as Ciências Humanas. As mudanças

desenvolvidas no Foco e na Escala das análises, o privilégio epistemológico em detrimento do ontológico, os campos de relações nos quais se nutrem os jogos de poder, entre outros, afetaram de sobremaneira o fazer geográfico.

Ancorada em uma linha argumentativa, fundamentada pelo movimento de renovação crítica, que dava grande visibilidade às Classes Sociais, e aos processos sociais, econômicos e políticos estruturados a partir do Modo de Produção e de sua Formação Social e Econômica, a Geografia buscava uma espécie de síntese das múltiplas determinações, como forma de formulação e apresentação do discurso científico. Ao apresentar a invenção da prisão como um fenômeno do século XVIII e nos ideais da Revolução Francesa, Foucault navega na contramão das argumentações sobre este período histórico. Ao invés de luz, dá-se ênfase a uma sofisticação das tecnologias da violência e dominação, questionando, assim o suposto avanço do progresso em oposição à barbárie dos anos de escuridão da pré-modernidade.

Em Foucault, os chamados *dispositivos panópticos*, dão expressiva relevância a Categoria Espaço, como instrumento da análise social. Subestimado e suplantado pelo Tempo no contexto da Modernidade. A crítica a desqualificação do Espaço e sua recomposição de conteúdo, são de fundamental importância para análise dos efeitos dos poderes e seus discursos. O Poder como tática e estratégia, estabelece recortes territoriais, nos domínios organizados e com o Território a Geografia se encontra com Foucault.

O geógrafo suíço Claude Raffestin, incorporando as idéias Foucaultianas produz uma importante obra na qual procura construir uma análise, isto é, discurso da realidade, tendo como centro o conceito de Poder e seus impactos na organização territorial. Segundo Raffestin, a Geografia do século XX foi uma Geografia de estado e está se faz insuficiente para uma eficaz compreensão da realidade.

“ A Geografia Política Clássica, é na verdade uma Geografia de estado, o que seria necessário ultrapassar, propondo uma problemática relacional, na qual o Poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído, nem adquirido, mas exercido” (RAFFESTIN, 2011)

O Território se define a partir do Espaço Geográfico, sendo este resultado da ação de atores realizadores de um programa, em várias escalas. A realização do

ato de apropriação do espaço, obrigatoriamente faz-se através de uma territorialização abstrata ou concreta do Espaço. (RAFFESTIN, 2011). A espacialização dos lugares formata um conjunto de Redes reguladoras dos Territórios, condicionados pela relação entre a organização local e as técnicas disciplinadoras, difundidas por um determinado interesse. Portanto, os Territórios nada mais são do que relações de poderes instituídos no Espaço Social. Neste cenário o conceito de Territorialidade ganha destaque, sendo este as dinâmicas das relações de poder que visa o controle sobre os homens e as coisas. Nesta perspectiva, anula-se o Território como um dado absoluto, positivado e estanque, para evidenciar uma trama de relações em constante construção de discursos legitimadores. O uso do Território permeado de intencionalidades em complexos jogos de poder, é dado instituidor do Território, não é a propriedade efetiva da terra ou de uma dada localidade que impõe sua existência, mas sim apropriações vinculadas às práticas materiais ou simbólicas, segundo Milton Santos:

“É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda de sentidoda existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”
(SANTOS, 1996)

Esta compreensão conceitual, vai além da Geografia Política Clássica, em sua matriz ratzeliana, que entendeu o território como sendo a expressão moral e legal do Estado, conceito este, derivado da assimilação da filosofia Hegeliana. Na medida em que amplia consideravelmente os atores realizadores e dinamizadores das práticas territoriais, o poder, difuso em suas múltiplas escalas, passa a ser um construtor ativo das práticas territorializantes. O Estado, tal qual em Foucault, é suplantado por inúmeras micro-físicas produtoras de discursos, e participantes para além da dicotomia dominante – dominado, no constante processo de Configurações Territoriais.

Uma leitura levada das micro-físicas do Território, levada as últimas consequências é evidenciada na obra do sociólogo espanhol Manuel Castells, particularmente em A Sociedade em Rede (1999), uma trilogia onde é apresentada a

idéia de um Capitalismo Informacional estruturado por novas tecnologias da informação e da comunicação. Castells contrapõe a existência de “*espaços de fluxos*” e “*espaços de lugares*”, efetivando uma visão dicotomizada entre fluxos e fixos no Território. Neste sentido haveria um fim dos Territórios em um mundo hegemônico pelas redes e o conceito de Desterritorialização, passaria a ser central na dinâmica contemporânea da sociedade capitalista. Nesta mesma direção caminham autores como Félix Guattari e Gilles Deleuze em *O Anti-Étipo: Capitalismo e Esquizofrenia* (2010). Utilizando do conceito de “*Máquinas Desejantes*” como elemento fundamental das relações de poder, um sistema de cortes de incontáveis vivências sempre associadas em contínuos fluxos e cortes. O desejo é a potência produtora do real, é o que move o mundo (DELEUZE & GUATTARI, 2010). No centro do “Eu”, está a máquina do desejo, somos sujeitos residuais, técnicos e sociais em constante transformação (MONDANESE, 2009). O Território é visto como uma construção social múltipla, que envolve uma movimentação de ordem psicossocial, incorporadora de novos ingredientes que incluem e excluem materialidades e imaterialidades que desarranjam e reconfiguram, dando novos sentidos ao Território. Só há Territorialização, a partir de uma Desterritorialização e consequente Reterritorialização, este movimento é incessante e através dele se explica a fragmentação, contradição e unidade do constituído.

A Dialética, abertamente criticada em Foucault, é praticamente desconsiderada em várias vertentes da análise sobre o Território. Em outros casos, apesar de ser apontada, sua importância, é expressivamente reduzida como elemento estruturante da análise. A lógica dialética é quase que inteiramente confundida e suprida pela lógica formal. O resgate da Dialética se faz urgente para explicação da rica e complexa trama da Configuração Territorial, a retomada dos princípios da “*Totalidade*”, da “*Síntese dos Opostos*”, “*Negação da Negação*”, “*Unidade da Diversidade*”, entre outros, são imprescindíveis para responder ao processo de vulgarização deste método. Entender o Território como Concreto Pensado, fenômeno da síntese de múltiplas determinações em constante movimento e transformação, com ordens hierárquicas e escalas que se completam para além

do pensar dicotômico e fetichizado, pode contribuir decisivamente para identificação precisa do conceito e do papel do Território neste conturbado início de século.

O Poder e outros conceitos em Hannah Arendt:

A trajetória intelectual de Hannah Arendt é marcada pela idéia da *Democracia*, profundamente relacionado com a existência do *Público* e entrelaçado com o *Poder*. Em 1969, contextualizado pelas revoltas estudantis do maio de 1968, que se iniciou em Paris e rapidamente encendeu o planeta, Arendt publica um ensaio intitulado “Sobre a Violência”, na qual faz uma dissecação da anatomia do Poder (Autoridade, Violência, Força e Vigor), criticando duramente os movimentos que em nome da emancipação e da liberdade, acabam por realizar uma apologia da violência, identificado então como a essência de todo o Poder.

“ A forte retórica marxista da nova esquerda, coincide com o firme crescimento da convicção , não marxista proclamada por Mao Tsé Tung, de que o Poder brota do cano de uma arma. Sem dúvida Marx estava ciente do papel da violência na História, mas esse papel era para ele secundário. Não a violência, mas as contradições inerentes à velha sociedade iriam conduzi-la ao seu fim” (ARENDR, 2010).

A violência na leitura arenddtiana não é um fim em si mesmo, mas a expressão de um Poder enquanto exercício do domínio. A disposição militante e a tradição do Conhecimento ao se debruçar sobre estas questões, indicam uma filiação ao pensamento vinculado à Ciência Política no momento da formação dos Estados Nacionais do continente europeu e seu argumento de *soberania*. Esta base conceitual unifica ideologias da direita à esquerda, na compreensão de que a violência é simples manifestação do Poder, reduzido a uma questão de mando e obediência. Como forma de escapar desta simplificação, demonstração do lastimável estado no qual se encontra a Ciência Política, nossa autora, sugere ir até a tradição greco – romana, que percebe o Poder não como derivado da violência, mas como consequência do consenso. A retomada das experiências das Cidades – Estados em Grécia e Roma, nos coloca a possibilidade de vislumbrar outras alternativas, não assentadas no domínio. Poder, portanto, é consentimento e sua extrema forma se

dá na consígnia “*todos contra um*”, enquanto a violência se assentaria no “*Um contra todos*”. O Poder é um fenômeno que resulta do agir conjunto (ARENDDT, 2011), é a habilidade humana para agir no consenso, não sendo propriedade de indivíduos, mas um campo de ação criado e legitimado por um grupo social. Estar no Poder, portanto é estar autorizado pelo coletivo. O uso correto desta terminologia não é um mero preciosismo acadêmico, mas sim diferenças profundas nas perspectivas históricas trabalhadas. Enquanto a violência possui um caráter instrumental potencializador da vontade individual, o Poder é diametralmente oposto, nascendo da vontade comum e da conciliação, voltado para a obtenção do acordo.

Outras distinções são necessárias, separar *Poder, Vigor, Força* é condição fundamental para a compreensão arendtiana de Poder. Se este se efetiva a partir de grupos e coletividades, o mesmo não ocorre com o Vigor, sendo um atributo eminentemente individual, utilizado na relação com outros Indivíduos, podendo estar consoante ou em antagonismo com a lógica de Poder convencionalizada. Há uma contradição entre estes elementos, que apesar de estarem em íntima relação, se chocam em sua independência. A Força, por sua vez é o quantitativo de energia liberada por um dado movimento ou ação, devido a sua característica coercitiva, é comumente confundida com o próprio Poder.

Ao relacionar Poder e autoridade, Hannah Arendt afasta-se substancialmente da leitura Weberiana, que identificava este fenômeno como uma ação estratégica desenvolvida por um ator, utilizando os meios a sua disposição, visando submeter a vontade do outro a sua (PERISSINOTTO, 2004). Na concepção da filósofa alemã, o Poder não pode ser instrumentalizado, pois este só existe em função de um consenso prévio, sendo um fim em si mesmo. É a capacidade do grupo criar consentimento que gera seu Poder. A falta de um acordo expressa a ausência de Poder e abre caminho para a violência e a instrumentalização da vontade do outro como forma de afirmação individual. Poder é compreendido como uma ação política, cuja finalidade e eficiência estariam na capacidade de estabelecer a interação entre os homens. Os mais variados agrupamentos, que na sua ação, instituem consensos visando potencializar sua ação armam um campo de força denominada de poder. A submissão da vontade do outro, portanto, é a falência da capacidade de construção de consensos, sendo assim, a quebra do campo

consensual e o enfraquecimento do poder constituído, que pode recorrer a violência como método alternativo. O domínio da pura violência advém de onde o poder está sendo perdido, estes são fenômenos opostos, isto é, onde um se materializa, se consubstancia a ausência do outro (HARENDT, 2010). Nesta perspectiva, a autoridade é estabelecida entre aqueles com maior habilidade de efetivar a interação consensual orientando a ação sem que haja coação ou imposição. A autoridade, neste sentido se organiza como a institucionalização do poder.

Concordando com Perissinotto (2004), Harendt ao analisar Weber (1994) comete um equívoco, que permeará toda a sua obra. Ao compreender que a chamada análise tradicional do objeto estudado (hegemonizado por uma leitura weberiana), vincula poder e violência, propõe uma diferenciação analítica, que supere a tradição. No entanto, tal vinculação tem seus problemas interpretativos. As apreciações efetuadas por M. Weber, gera uma aproximação entre poder, conflito e resistência, o que não mecanicamente, pode proporcionar o surgimento da violência. Uma relação social se caracteriza como sendo uma relação de luta, que pode ou não caminhar para o ato violento.

Hannah Arendt, a Geografia e o Território:

Haesbaert , ao apresentar a idéia de multiterritorialidade, explicita que:

Para falar em multiterritorialidade precisamos, em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e por territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terro-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005).

O Território, como em toda tradição da análise espacial, está intimamente relacionado a idéia de poder, este pode assumir uma caráter de dominação, bem

como de apropriação. Construindo uma abordagem territorial a partir desta diferenciação, e incorporando os conceitos identificados por Arendt, é possível afirmar que de acordo com a abordagem territorial, chega-se a conclusões completamente distintas sobre o mesmo território, enquanto fenômeno político, econômico e social.

A aplicação do conceito arendtiano de poder, pode desembocar em uma avaliação na qual a modernidade em sua privatização do público e a consequente eliminação dos espaços necessários a viabilização dos consensos e a hegemonização da coerção e imposição, estariam gerando a morte da política. Os territórios edificados pela modernidade, seriam expressão deste domínio e portanto, seria a configuração da anti-política. Nesta linha de raciocínio, a morte da política seria acompanhada pela morte do território e este seria a conformação da violência materializada espacialmente.

No contexto da ordem capitalista contemporânea, o domínio da mercadoria e do valor de troca sobre o valor de uso estruturaria as bases que possibilitam o prevalecer do domínio em detrimento da apropriação. No entanto, apropriação e dominação não são excludentes. Convivem em continua contradição e luta, são ingredientes de complexas relações sociais. O cotidiano imediato e a vivências dos sujeitos territoriais, não se limitam

ao aspecto determinado pela dominação. Ocorre simultaneamente o processo de apropriação, que busca como tática de sobrevivência, englobar a dinâmica imposta pela modernidade, ordenador de um conflito diariamente instituído, entre subjetividade e concretude, dominado e apropriado.

Uma Geografia que assimile a leitura arendtiana, pode não dar conta da multifacetada e intrigada trama territorial. Não podemos negar, no entanto, que as contribuições da filósofa alemã, pode apresentar importantes pistas para uma interessante investigação que leve em consideração os aspectos da autoridade, violência e poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- _____. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CARA, R.B. **Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires**. IN: Território: Globalização e Fragmentação. DE SOUSA, M.A; SANTOS, M. São Paulo: HUVITEC, 1998
- CASTELLS. M. **A Sociedade em Rede**. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CLAUSEWITZ, C.V. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COUTINHO, C.N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010
- CORRÊA, R.L. **Territorialidade e Coporação: um exemplo**. IN: Território: Globalização e Fragmentação. DE SOUSA, M.A; SANTOS, M. São Paulo: HUVITEC, 1998
- DA SILVA, C.A.F. **A Dimensão regional na gestão Território: da integração econômica a integração competitiva**. IN: Boletim Goiano de Geografia. Goiânia: UFG, 1993.
- DELEUZE. F; GUATTARI, G. **O Anti – Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **Micro Física do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008
- _____. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- _____. **Segurança, Território e População**.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. **História da sexualidade**. V.1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GEIGER, P.P. **Desterritorialização e Espacialização**. IN: Território: Globalização e Fragmentação. DE SOUSA, M.A; SANTOS, M. São Paulo: HUVITEC, 1998

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização a Multiterritorialidade**. IN: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.

HARNECKER, M.

MACHADO, R. **Ciência e Saber: A trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MONDANESE, I.A.Z. **O Anti – Édipo: O capitalismo e a Esquizofrenia e o território na perspectiva das máquinas desejanter**. IN: Leituras do conceito de Território e de processos espaciais. SAQUET, M. A; SOUZA, E.B.C. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORARES, R.S. **A Câmara escura: Gestão territorial e as novas territorialidades do Capital em Goiás**. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2004

PERISSINOTTO, R. **Hannah Arendt, Poder e a crítica da Tradição**. IN: Revista Lua Nova nº 61. São Paulo: CEDEC, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

RATZEL, F. **O Solo a Sociedade e o Estado**. IN: El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza editorial, 1988

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O Retorno do Território**. IN: Território: Globalização e Fragmentação.

DE SOUSA, M.A; SANTOS, M. São Paulo: HUVITEC, 1998

_____. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SAHLINS, M. **Cultura e Razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

VIANA, N. **A Filosofia e sua sombra**. Goiânia: Edições Germinal, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. V.1 Brasília: UNB, 1994.